

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

STER LUANA DA SILVA CRUZ

**PANDEMIA DA COVID-19 E TRABALHO: Uma análise sobre os impactos nos
professores da rede pública e privada da educação básica**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

STER LUANA DA SILVA CRUZ

PANDEMIA DA COVID-19 E TRABALHO: Uma análise sobre os impactos nos professores da rede pública e privada da educação básica

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Esp. Larissa Vasconcelos Rodrigues

STER LUANA DA SILVA CRUZ

PANDEMIA DA COVID-19 E TRABALHO: Uma análise sobre os impactos nos professores da rede pública e privada da educação básica

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 29/06/2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Esp. Larissa Vasconcelos Rodrigues

Membro: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Junior/UNILEÃO

Membro: Prof. Me. Marcos Teles do Nascimento/UNILEÃO

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2022

PANDEMIA DA COVID-19 E TRABALHO: Uma análise sobre os impactos nos professores da rede pública e privada da educação básica

Ster Luana da Silva Cruz¹
Larissa Vasconcelos Rodrigues²

RESUMO

Este estudo visa analisar os impactos gerados pela pandemia no trabalho dos professores da educação básica da rede pública e privada. Tendo como objetivo compreender o impacto da pandemia no trabalhador e as respectivas mudanças adotadas no Brasil a partir das Medidas Provisórias, bem como comparar as principais diferenças entre os professores das escolas públicas e das escolas privadas da educação básica, buscando identificar, por meio da literatura, como tem sido a transição da adaptação do modelo de ensino remoto para o retorno ao presencial. A metodologia consiste em um levantamento bibliográfico, descritivo e de cunho qualitativo, a investigação foi realizada na base *Scientific Electronic Library Online* – SciELO, no período entre 2021 e 2022. Entre os achados da pesquisa está o fator de vulnerabilidade social que mais se destaca entre as diferenças no trabalho dos professores da escola pública para os das instituições privadas, em que foi identificado como um grande impacto a mudança do ensino para a modalidade remota e a adaptação forçada as novas tecnologias que os professores tiveram que ser submetidos. A sobrecarga de trabalho dos professores nos setores público e particular tem sido marcada pelo grande aumento de suas atividades e demandas. Torna-se necessário que esse tema seja aprofundado, a fim de que possíveis soluções sejam pensadas e colocadas em prática para a melhoria do trabalho dos docentes após o surgimento da pandemia. **Palavras-chave:** Pandemia. Trabalho docente. Educação básica. Ensino remoto. Rede pública e privada. Psicologia.

ABSTRACT

This study aims to analyze the impacts generated by the pandemic on the work of public and private basic education teachers. The objective is to understand the impact of the pandemic on the worker and the respective changes adopted in Brazil as from the Provisional Measures, as well as to compare the main differences between teachers of public schools and private schools of basic education, seeking to identify, through the literature, how has been the transition from the adaptation of the remote teaching model to the return to face-to-face teaching. The methodology consists of a bibliographic, descriptive, and qualitative survey, carried out in the Scientific Electronic Library Online - SciELO, between 2021 and 2022. Among the research findings is the social vulnerability factor that stands out most among the differences in the work of public school teachers and those of private institutions, in which the change in teaching to the remote modality and the forced adaptation to new technologies that teachers had to undergo were identified as major impacts. Teachers' work overload in the public and private sectors has been marked by a great increase in their activities and demands. It becomes necessary that this theme be deepened, so that possible solutions can be thought and put into practice to improve the teachers' work after the emergence of the pandemic.

Keywords: Pandemic. Teachers' work. Basic education. Remote teaching. Public and private network. Psychology.

¹ Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: ster.luana.s@gmail.com

² Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: larissavasconcelos@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (2020), em 11 de março de 2020 a OMS declara a COVID-19 como pandemia, de modo que desde então o mundo vive a realidade de uma crise sanitária global. Kipper et al. (2021), afirma que devido à alta proliferação e avanço rápido da pandemia tem ocorrido uma enorme mudança no que diz respeito à dinâmica das relações sociais, em especial nos aspectos referentes aos trabalhadores.

Para a compreensão a respeito dos impactos da pandemia no trabalho dos docentes da educação básica se faz necessário inicialmente analisar o contexto geral dos trabalhadores frente a essa crise sanitária a qual atingiu um nível global. Dessa forma, no decorrer da pandemia surgiram estudos referentes aos seus impactos na economia, na saúde mental, assim como nas rotinas pessoais e de trabalho dos sujeitos.

Os desafios na economia têm chegado a uma proporção mundial, afetando o mundo do trabalho, grandes mudanças e impactos estão cada dia mais presentes, sendo citados como exemplos a perda de emprego, o avanço do trabalho remoto, os riscos de contaminação nos ambientes de trabalho, a diminuição considerável da economia (SILVA, 2020).

De acordo com Nasciutti (2020), as taxas de desemprego no Brasil atingiram aproximadamente 12% nos três primeiros meses do ano de 2020, além disso, a privação de emprego resultante da demissão acarreta alto estresse emocional, a ansiedade e insegurança têm sido geradas por todo contexto de mudança causado pela crise pandêmica, a qual provoca alterações tanto no trabalho formal quanto no informal, abalando desse modo a rede de relacionamentos familiares, sociais e profissionais.

Em alguns estudos já realizados, como é o caso da China, observou-se segundo Yanping et al. (2020), um aumento da ansiedade e depressão, constatando fortes impactos psicológicos na população. De modo que Qiu et al. (2020), aponta que o nível de estresse aumentou em trabalhadores que permaneceram em suas rotinas de trabalho, onde fatores como a locomoção para o local de trabalho com a ameaça de contágio e o risco iminente de perder o emprego são alguns dos causadores desse estresse nos sujeitos. Outro dado recente sobre os impactos da pandemia é da Organização Pan-Americana da Saúde (2022), a qual mostra que os índices globais de ansiedade e depressão tiveram um aumento de 25% no primeiro ano de pandemia.

Falando sobre o contexto no âmbito educacional, percebe-se que o trabalho remoto tem sido um fator estressante para os docentes, como apontado por Correa (2020) e Souza (2021), sendo esta afirmação corroborada por Oliveira e Santos (2021), pois a transição das aulas

presenciais para a modalidade remota, acompanhada da adaptação forçada a esse modelo e as exigências feitas aos professores tem causado um nível considerável de adoecimento psicológico e físico.

Portanto torna-se necessário estudos sobre a temática da pandemia e os impactos nos trabalhadores e no mundo do trabalho, a fim de que o assunto possa ser melhor entendido e para que novos estudos a respeito deste tema, sejam realizados. Mais especificamente se volta a compreender os possíveis impactos da pandemia no trabalho dos professores da educação básica. Dessa forma, o tema foi escolhido devido a autora desta pesquisa trabalhar em uma instituição pública da educação básica de ensino, sendo que foi possível perceber mudanças significativas na rotina do seu trabalho. Por meio desta percepção entende-se que é necessário investigar o contexto geral dos professores para buscar uma maior compreensão sobre a pandemia e seus efeitos sociais e psicológicos no trabalho desses docentes.

De modo que este estudo se justifica cientificamente na intenção de deixar um referencial bibliográfico para futuros estudiosos que tenham interesse em aprofundar como a pandemia da COVID-19 impactou no trabalho dos professores da educação básica tanto da rede pública como das instituições privadas de ensino.

O objeto de estudo desta pesquisa reflete sobre os professores tanto da rede pública como da rede privada da educação básica, no que tange aos possíveis impactos gerados pela pandemia no trabalho desses docentes. Portanto o estudo se propõe a compreender e buscar responder à seguinte pergunta de partida: quais os impactos gerados pela pandemia da COVID-19 no trabalho dos professores da educação básica da rede pública e privada?

A fim de responder tal problemática, este estudo tem como objetivo geral analisar os impactos gerados pela pandemia no trabalho dos professores da educação básica da rede pública e privada. Assim como os objetivos específicos consistem em compreender o impacto da pandemia no trabalhador; comparar as principais diferenças entre os impactos da pandemia nos professores da escola pública e nos das instituições privadas da educação básica; identificar, por meio da literatura, como tem sido a transição do remoto para o presencial novamente.

O desenvolvimento desse trabalho está dividido em três partes. Inicialmente é apresentado um contexto geral dos trabalhadores e os efeitos causados pela pandemia na rotina de trabalho, no cenário econômico e na saúde mental dos trabalhadores. Em seguida busca-se estabelecer um comparativo entre o trabalho decente tanto na rede pública quanto na rede privada de ensino da educação básica. E por fim é trazido o contexto relacionado a volta as aulas presenciais, mostrando os planos de retomada; medidas governamentais adotadas para minimizar os efeitos da pandemia no âmbito educacional; informações sobre a situação da

educação brasileira, em cada estado, no ano de 2021; a respeito do ensino híbrido e sua relação com a precarização do trabalho dos professores, apresentando também iniciativas do poder legislativo que buscam melhorar a qualidade de vida no trabalho dos professores.

2 METODOLOGIA

Os aspectos metodológicos deste estudo, propõe-se a desenvolver uma pesquisa descritiva, uma vez que esta possibilita a descrição das características referentes ao tema e seu objeto de estudo. Busca estabelecer ainda uma associação e interlocução de variáveis, nas quais pode ocorrer por meio de padronização dos aspectos técnicos referentes ao levantamento de dados, a exemplo questionários e observação sistemática (GIL, 2017).

Trata-se de um estudo bibliográfico, visto que de acordo com Severino (2007, p. 122), nesse tipo de pesquisa “o pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.” De modo mais específico este estudo é uma revisão narrativa, a qual segundo Rother (2007), faz uso de fontes bibliográficas impressas e digitais a fim de promover análises interpretativas e baseadas no senso crítico do autor.

A referida pesquisa é de cunho qualitativo, pois segundo Ludke e André (2013), o foco está muito mais no processo, sendo o pesquisador o principal instrumento na coleta, análise e interpretação dos dados encontrados. De modo que conforme Gil (2017), a apresentação dos resultados na pesquisa qualitativa ocorre por meio de descrições verbais.

O material pesquisado foi encontrado pela busca na base *Scientific Electronic Library Online* – SciELO; na coleção produzida pela SBPOT sobre o trabalho e a medidas de contenção da COVID-19; em sites oficiais do governo federal e dos governos estaduais e documentos administrativos, visto que se trata de um contexto o qual está em constante atualização, em que diversas informações a respeito desse tema ainda não estão contidas na literatura. O período da pesquisa ocorreu entre 2021 a junho de 2022, sendo as palavras-chave, utilizadas na busca, *pandemia, trabalhador, trabalho remoto, educação básica, docentes, ensino público e privado*.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 EFEITOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NO TRABALHO E NO TRABALHADOR

Torna-se necessário abordar o contexto geral dos efeitos da pandemia nos trabalhadores, visto que para compreender os impactos em uma determinada classe de trabalhadores, é preciso

partir do geral para o específico, a fim de uma investigação mais detalhada a respeito do tema. Sendo inicialmente interessante conceituar trabalho, em que Dejours (2005), entende como uma ação de utilidade para sociedade, a qual para que seja executada precisa de um determinado procedimento e ferramentas. Partindo dessa definição, o trabalho será contextualizado no período da pandemia.

Após a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciar a confirmação da pandemia da COVID-19 em março de 2020, é possível afirmar, historicamente, o surgimento de um período novo e marcado por grandes alterações. Mudança na rotina pessoal e de trabalho, visto que toda dinâmica social tem sido alterada devido ao distanciamento social, transportes sem funcionar, gerando a grande dificuldade de deslocamento. Nesse contexto o trabalho precisou de um suporte digital para continuar sendo exercido, nesse viés está presente o desenrolar dos vínculos dos indivíduos e grupos sociais (RODRIGUES, A. C. et al., 2020).

O cenário pandêmico exigiu que algumas alternativas fossem pensadas e aplicadas, entre estas, estão as medidas provisórias que consistem em leis, as quais têm um período pré-determinado para serem válidas, uma vez que são instituídas pelo Presidente da República, estando sujeitas à aprovação do Congresso Nacional para se tornarem, de fato, leis permanentes (MAIA; GOMES, 2013).

A fim de atenuar os impactos da pandemia nos trabalhadores, o governo federal implantou algumas dessas Medidas Provisórias (MP) como a de número 927, a qual determina meios combativos à pandemia no que refere a saúde pública, sendo esse cenário considerado uma calamidade pública, tendo um caráter de emergência (BRASIL, 2020).

As medidas trabalhistas que estão contidas na MP 927 se relacionam ao teletrabalho; o adiantamento de férias individuais; a flexibilização de férias coletivas; no que se refere aos feriadados, promover sua antecipação ou buscar aproveitá-los; o uso de banco de horas; priorizar a segurança e saúde no trabalho ao invés das exigências administrativas, uma vez que estas podem ser suspensas; a busca em direcionar o trabalho para que este se qualifique; a autorização para o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (ZAGATTO, 2020).

As MPs trabalhistas foram editadas pelo presidente da república, sendo que uma dessas edições diz respeito ao empregador, o qual pode fazer alterações na forma de trabalho de seus funcionários do presencial para o remoto, assim como pode alterar para o presencial, não importando que haja acordos individuais ou coletivos. Essa medida editada é uma das justificativas para a volta ao trabalho presencial (PLANALTO, 2021).

Abbad e Legentil (2020), afirmam que o trabalho remoto na pandemia foi iniciado como uma imposição, sem que muitos trabalhadores tivessem as condições e conhecimentos para

executá-lo. Os profissionais precisaram se adaptar na busca por manter o equilíbrio entre as funções de trabalho e os momentos de descanso, a fim de separar suas atividades trabalhistas de suas vidas pessoais no ambiente doméstico. De modo que por vezes esses trabalhadores não dispõem de um aparato psicológico e de meios materiais que os auxiliem nessa nova realidade.

A pandemia da COVID-19 causou inúmeros impactos, entre eles estão os provocados na economia, sendo que a nível global, esta foi atingida, de modo que os países mais afetados são os chamados de emergentes ou subdesenvolvidos, entretanto os países com bases financeiras mais sólidas também sofreram abalos econômicos. Há uma busca entre os economistas a fim de atenuar os efeitos financeiros negativos gerados pelo contexto da pandemia (SILVA; SANTOS; SOARES, 2020).

De acordo com Seidl, Andrade e Fruyt (2020), a pandemia tem afetado tanto os trabalhadores quanto afetará as suas carreiras no mercado de trabalho, entretanto afirmam a necessidade primeiramente da observação desses impactos pandêmicos na economia, em relação a seguridade dos empregos e aos vínculos empregatícios, sendo que já é possível perceber os agravos a curto prazo de tal forma que há a possibilidade de prevê-los a médio e longo prazo. Os autores ainda afirmam que com a persistência da pandemia, e consequentemente da crise econômica gerada pela mesma, é provável que além das pequenas empresas, as de grande porte também tenham suas portas fechadas de maneira permanente. Fato este que ocasionará crise socioeconômica, desemprego por um enorme período, cheio de momentos incertos tanto no Brasil como em todo mundo.

Rudolph et al. (2021), corroboram mencionando que a crise global atinge grandes escalas de modo que afeta tanto países pouco desenvolvidos quanto países desenvolvidos, a diferença decorre das formas de enfrentamento das populações desses países e seus governos.

Outro impacto da pandemia nos trabalhadores está relacionado ao viés psicológico como destaca Ferreira e Falcão (2020), sobre a saúde mental, qualidade de vida e por conseguinte a qualidade de vida no trabalho, em que há uma associação de modo que além de ocorrer o aumento da fragilidade quanto aos meios disponíveis para o trabalho e a realização das atividades, durante o período pandêmico, surge nesse contexto a presença de fatores causadores de estresse e patologias, tal como as medidas restritivas rígidas, que afetam os aspectos psicossociais dos sujeitos e consequentemente os contextos de trabalho.

Conforme Castro et al. (2020), o tema da saúde mental tem se tornado cada dia mais importante, em especial no cenário pandêmico atual, onde os impactos gerados pela pandemia estão presentes em larga escala, tornando-se imensuráveis. O autor aponta formas de enfrentamento que buscam minimizar os impactos negativos de tal maneira a possibilitar a

promoção da saúde mental dos trabalhadores, entre essas medidas estão as políticas empáticas, suporte psicológico e estrutural no ambiente de trabalho e ações que promovam adaptação no contexto organizacional.

Para contextualizar essa discussão usou-se o nicho de professores da educação básica das redes pública e privada, de modo a buscar uma compreensão a respeito dos desafios dos docentes das escolas públicas e das instituições privadas no que tange ao cenário pandêmico e as estratégias de enfrentamento adotadas na educação, buscando analisar o contexto desses docentes e os impactos e desafios resultantes das circunstâncias da pandemia nessa classe de trabalhadores.

3.2 COMPARATIVO ENTRE O TRABALHO DOS DOCENTES DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO

Entende-se como relevante o comparativo entre os dois lados da educação básica, o ensino público e o particular, com a finalidade de compreender o grau de desigualdade que existe entre ambos e buscar perceber a ocorrência da intensificação dessa desigualdade durante a pandemia.

A educação é direito constitucional, que todos devem ter acesso a ela, sendo promovida por diversas esferas da vida do sujeito. É dever do Estado e da família a transmissão da educação e deve ser reforçada e motivada em cooperação com o meio social, visando que o indivíduo se desenvolva nos âmbitos pessoal, profissional e social, a fim de que este esteja orientado e em plena preparação para o mercado de trabalho, apto a praticar o exercício da cidadania (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes Bases (LDB) apresenta a Educação Básica dividida em educação infantil, ensino fundamental e médio, sendo estruturada de modo a cumprir uma carga horária definida e específica, contabilizando 800 horas por ano dispostas em 200 dias letivos. Estabelece ainda a respeito da quantidade de horas-aula que o aluno deve registrar, sendo que é necessário que este possua 75% de aproveitamento presente nas aulas, tendo o direito em 25% de ausência (FURTADO et al., 2013).

A respeito das competências dos professores da educação básica prevista pela LDB (2018), faz-se necessário que estes profissionais tenham realizado graduação em cursos reconhecidos, tendo habilitação para lecionar tanto para a educação infantil quanto nos ensinos fundamental e médio. Outra competência apontada pela LDB se refere a presença de titulações de mestrado e doutorado. A referida lei discorre sobre a forma de saber que os professores

precisam ter para transmitir assuntos relacionados a áreas em afinidade com sua formação, sendo comprovado este saber por meio de títulos de graduação ou especialização e também por suas experiências seja no âmbito das instituições de ensino básico públicas ou particulares.

Como afirma Médici, Tatto e Leão (2020), o setor da educação mostra um forte abalo em função dos impactos da pandemia, como a suspensão das aulas presenciais em instituições da rede pública de ensino, assim como nas privadas. As repercussões da pandemia afetaram toda a comunidade escolar, a citar professores, funcionários, alunos e pais. Portanto, todo planejamento, organização do trabalho e sua rotina foram alterados.

Segundo Steindorf et al. (2021), as escolas foram fechadas, sendo promovido o afastamento social em decorrência da pandemia provocada pela COVID-19. Em razão do não funcionamento presencial se fez necessário a implantação do ensino remoto, de modo que essa mudança tem sido um desafio, tomando a subjetividade e contexto em que cada um dos afetados por essa transição tem enfrentado. Essa transformação gerada pelo cenário pandêmico, resulta em diversos impactos, em destaque aqui, o campo da educação, visto que tem modificado as rotinas de trabalho e a saúde mental do corpo docente, discente e os demais envolvidos no ambiente escolar.

Um dos impactos nos professores corresponde ao nível de cobrança e pressão recebida quanto à execução do trabalho remoto, visto que muitos deles até então não tinham familiaridade no manuseio dos aparatos digitais e em alguns casos lhes falta conhecimento a respeito dessas tecnologias. Ainda por cima os docentes precisam manter uma rígida organização quanto a planilhas referentes aos planos de aula, dados atualizados dos alunos com uma descrição detalhada sobre suas realidades, assim como ter controle e organização nas mais variadas atividades pedagógicas (STEINDORF et al., 2021).

Entre as angústias dos professores para lidar com o teletrabalho, estão as restrições financeiras, a falta de acesso à internet, o armazenamento insuficiente de seu dispositivo móvel, a falta de preparo em manusear as tecnologias essenciais para a execução do trabalho remoto, visto a ausência de uma formação para o docente nesse quesito. Além disso o professor se depara com as dificuldades e vulnerabilidades de seus alunos, tais como a não alfabetização, o desemprego e a ausência de moradia (RODRIGUES, A. M. et al., 2020).

Dias (2021), apresenta que o ensino na modalidade remota tem mostrado que existem enormes diferenças no acesso as tecnologias necessárias para que os diversos alunos possam acessar a essa de forma de ensino virtual, visto que é perceptível a desigualdade entre as escolas públicas e privadas quanto aos recursos e meios de acesso disponíveis. Khan (2013), ressalta

que a democratização da educação se torna algo distante ao se pensar nas barreiras desiguais entre o ensino público e privado.

As escolas privadas respeitaram os decretos e medidas vigentes pelo ministério da educação, pelos estados e municípios da mesma forma que as escolas de ensino público, entretanto se diferem no sentido de possuírem os recursos necessários para dar continuidade, de forma remota, ao processo de ensino-aprendizagem por meio do uso das tecnologias adequadas para esse propósito, ao contrário da rede pública de ensino que a princípio não dispunha de tecnologias para este fim, tendo que se adaptar de maneira gradativa a esse novo formato (UNDIME, 2020). Saraiva, Traversini e Lockmann (2020), corroboram afirmando que a presença do remoto e do uso de tecnologias e aparatos digitais tem seu predomínio nas escolas da rede particular.

Um estudo realizado por Miranda et al. (2020), mostra algumas das dificuldades enfrentadas pelos professores da rede pública de ensino, de modo que os desafios presentes estão voltados a restrição ao acesso à internet, o fato desses profissionais compartilharem os dispositivos digitais com terceiros, visto que estão no ambiente doméstico, a ausência de interesse dos alunos muitas vezes se torna uma forma de desmotivação para os professores, o desgaste devido à realização dos planos de aula que se tornaram mais elaborados e complexos devido ao cenário remoto, e ainda por cima a não disponibilidade de um local apropriado para a ministração das aulas remotas ou gravação das mesmas, assim como para a execução das atividades exigidas.

Outra pesquisa apresenta em sua maioria professores vinculados a rede particular, sendo que desses professores uma pequena porcentagem também atua no ensino público, apontam que enquanto nas instituições privadas já havia sinais de retorno as aulas de modo remoto, as escolas públicas ainda não tinham começado as articulações para a implementação do ensino remoto (CIPRIANI; MOREIRA; CARIUS, 2021).

Um levantamento realizado em 2020 pelo Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados da Fundação Getúlio Vargas aponta que a decisão de migrar para o ensino remoto em razão da pandemia foi quase unânime entre os estados brasileiros, entretanto não foram todos os estados que tomaram iniciativas que visassem condições acessíveis para a continuidade das aulas via internet, visto que apenas aproximadamente 15% dos estados realizaram a distribuição de equipamentos digitais aos alunos em situação de vulnerabilidade e um número inferior a 10% dos estados disponibilizaram acesso à internet e a chips com pacotes de planos de internet (INVESTIMENTOS..., 2021).

De acordo com divulgação feita por Falcão (2021), no site oficial do governo do estado do Ceará, foi feito o repasse de tablets para os alunos do ensino médio da rede estadual. Portanto o Ceará é um dos estados que buscou investir no acesso dos alunos aos meios tecnológicos para manutenção da qualidade no ensino mesmo em um contexto remoto.

Conforme observado, entende-se que ocorreram impactos em ambos os lados, podendo estes efeitos serem diferenciados com base nos aspectos socioeconômicos e políticos, visto a precariedade existente no contexto do ensino público, o qual por vezes não fornece os meios e ferramentas necessárias aos professores, e quando oferece como é o caso do Ceará, citado acima, os investimentos não são suficientes para suprir a enorme demanda resultante da vulnerabilidade social e econômica de muitos estudantes da rede pública que não dispõem das tecnologias básicas e condições necessárias para o acesso ao modelo remoto de ensino.

3.3 RETORNO AO PRESENCIAL, AVANÇOS OU RETROCESSOS?

A volta ao presencial é uma realidade, nesse sentido percebe-se a importância de entender como se deu esse processo, apontando para os fatores relacionados a esse retorno, buscando a compreensão dos impactos no trabalho dos professores.

O Ministério da Educação (2020), disponibilizou um guia para o retorno seguro às aulas presenciais, onde a justificativa para tal está fundamentada em como a educação é importante para desenvolver os atores envolvidos (professores, crianças, jovens, toda comunidade escolar e famílias) de maneira intelectual, social e emocional. O documento aponta para seu objetivo como sendo o de “orientar sistemas e redes de ensino da educação básica sobre o funcionamento e o desenvolvimento de atividades administrativas e educativas nas escolas, com vistas ao retorno das atividades presenciais” (p. 4). Dessa forma recomenda-se que esse retorno seja realizado gradativamente, a fim de priorizar todos os cuidados necessários para o maior nível de segurança possível para preservar a saúde e integridade dos sujeitos envolvidos no ambiente escolar (BRASIL, 2020).

Tomando um contexto estadual menciona-se primeiramente o estado do Ceará, em que o Ministério Público do Ceará (MPCE) juntamente com Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e da Educação (CAOPIJE) elaboraram a nota técnica nº 0004/2020 ao qual se refere ao retorno das aulas presenciais de modo seguro e responsável (MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ, 2020).

Nesse mesmo viés, o Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE) emitiu um parecer com orientações para que as instituições da educação básica, profissional, técnica e superior

continuassem na modalidade remota até o dia 31 de dezembro de 2020, mesmo com liberação por parte do poder executivo do estado para a retomada da presencialidade. O CEE se posicionou pela permanência do ensino remoto até a data já citada, em concordância com as autoridades sanitárias e de saúde, justificando que para evitar prejuízos no processo de ensino-aprendizagem e a fim da prevenção à saúde, integridade física e conservação da vida, a continuidade no remoto seria a alternativa mais viável (CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ, 2020).

Dessa forma percebe-se que os órgãos competentes citados entenderam que o momento não era propício para a retomada ao presencial devido aos tempos de incerteza que vieram acompanhados pela pandemia, sendo vista a preocupação com o andamento do processo de ensino-aprendizagem, haja vista prevenir agravos na educação, assim como na saúde dos envolvidos nesse âmbito.

A volta as aulas presenciais, ocorreu de forma gradativa e em períodos distintos a depender do estado. Foram encontradas informações sobre a retomada à presencialidade de todos os estados brasileiros. Um levantamento feito pela UNESCO (2021), aponta sobre o andamento da vacinação dos profissionais de educação e a retomada da modalidade presencial na rede estadual de ensino, assim como mostra os planos para a reabertura das escolas. As informações foram atualizadas em 25 de novembro de 2021. O quadro a seguir contém um apanhado sobre as modalidades de ensino que foram entendidas como melhor alternativa em cada estado, a situação de evolução da vacinação dos profissionais de educação e os planos de retomada segura dos estados brasileiros.

Quadro 1 – Contexto da educação brasileira no ano de 2021 por estado.

ESTADO	RETOMADA DAS AULAS	VACINAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO	PLANO DE REABERTURA
Espírito Santo	As aulas foram retomadas em outubro de 2021 de forma obrigatória sem que houvesse rodízio de turmas. Somente alunos com laudo médico permaneceram no remoto.	100% dos profissionais vacinados com as duas doses.	Retomada às aulas na modalidade híbrida.
Minas Gerais	Iniciou-se em junho de 2021, gradativamente de forma segura, híbrida e facultativa.	Foi feita a entrega aos municípios de 100% das doses para imunização dos trabalhadores da educação.	As turmas de 6º e 7º anos do ensino fundamental e do 1º ano do ensino médio recebem autorização para se juntar às turmas de 1º a 5º ano do fundamental que já haviam retornado.

Rio de Janeiro	As aulas voltaram 100% presenciais no estado e na capital a retomada se deu gradativamente.	Iniciou-se em junho de 2021, tendo seguimento nos meses posteriores.	A reabertura das escolas se dá conforme os dados epidemiológicos de cada município. 77 municípios com a modalidade híbrida e 15 municípios continuam de forma exclusiva no remoto.
São Paulo	Retorno de 100% dos alunos as aulas presenciais sem rodízio de turmas.	Até o momento da realização desse levantamento, 97% dos profissionais apresentavam vacinação completa.	Por recomendação da OMS as escolas passam a receber os alunos conforme sua capacidade física, não somente obedecendo a porcentagem de ocupação indicada no Plano SP, havendo o distanciamento mínimo de 1 metro entre as pessoas.
Paraná	Em 23 de setembro de 2021 a Secretaria de Saúde do Estado fez a publicação da resolução que autoriza o retorno das aulas presenciais, de modo que somente alunos com comorbidade permanecem na modalidade remota.	229.324 profissionais da educação básica receberam a primeira dose e 210.600 a segunda dose.	Segue o calendário gradual de retomada das aulas.
Rio Grande do Sul	A modalidade presencial é obrigatória na educação básica nas redes públicas e privadas. O ensino híbrido ou remoto é permitido aos alunos que comprovarem mediante atestado que não podem voltar total ou parcialmente a presencialidade.	217.962 profissionais receberam a primeira dose, 202.151 a segunda dose e 863 receberam dose única.	O retorno se dá na modalidade híbrida.
Santa Catarina	As aulas têm continuidade no ensino híbrido na rede estadual. 70 % dos alunos da rede estadual ao terminar o primeiro semestre de 2021 já haviam retornado as aulas presenciais.	98,4% dos profissionais de educação receberam a primeira dose e 72,9% receberam a segunda dose.	A modalidade presencial se aplica as escolas com espaço físico para atender todos os alunos obedecendo os critérios de distanciamento, a modalidade híbrida aplica-se nas escolas onde não é possível manter o distanciamento mínimo entre as carteiras e o ensino totalmente remoto, para os alunos do grupo de risco.
Distrito Federal (DF)	100% das aulas retomaram a presencialidade, desde o início de novembro de 2021.	100% dos profissionais das escolas públicas foram imunizados.	Retorno às aulas na modalidade híbrida.
Goiás	No mês de outubro de 2021 em diante, todas as escolas da rede estadual retomaram aulas 100% presenciais.	124.671 profissionais tomaram a primeira dose e 117.834 tomaram a	O retorno é realizado com a ocupação de até 50% da capacidade da escola. Em sistema de revezamento,

		segunda dose ou dose única.	haverá aulas presenciais e não presenciais, de forma complementar, para alcançar todos os estudantes. A prioridade de retorno presencial é para os estudantes sem acesso à internet, com dificuldades de aprendizagem e em vulnerabilidade social..
Mato Grosso	A partir de outubro as aulas na rede estadual retornaram 100% presencial.	Vacinação continua ocorrendo Vacinação dos profissionais da educação foi iniciada em vários municípios	Sem informações
Mato Grosso do Sul	Desde de outubro de 2021 as aulas presenciais voltaram 100% para os 205 mil alunos atendidos pela Rede Estadual de Ensino.	Mais de 76 mil profissionais já foram vacinados.	As atividades foram retomadas de forma alternada e seguindo protocolos de biossegurança, com escolas reformadas e equipadas.
Alagoas	Desde de novembro de 2021 100% das aulas presenciais voltaram para os alunos da educação básica.	Em junho de 2021, mais de 60 mil profissionais da Educação foram imunizados com a 1ª dose.	Retomada das aulas presenciais com rodízio de turmas divididas em 50%.
Bahia	A partir de outubro de 2021, as escolas da rede estadual de ensino voltaram na modalidade 100% presencial.	231.384 profissionais receberam a primeira dose e 156.712 receberam a segunda dose.	Retomada gradativa às aulas presenciais. As turmas foram divididas em 50%, com os dias da semana alternados e seguindo todos os protocolos sanitários.
Ceará	Desde de setembro de 2021, foi autorizado a volta de 100% dos alunos a modalidade presencial, obedecendo o distanciamento e os protocolos sanitários, permanecendo a opção do ensino híbrido, com aulas remotas.	Aproximadamente 160 mil profissionais da educação básica receberam a primeira dose da vacinação, estima-se que 70 mil receberam a segunda dose e 303 receberam dose única até outubro de 2021.	Plano de retomada gradativa ao presencial.
Maranhão	Aulas 100% presenciais.	Todos os profissionais da educação já foram vacinados.	Retomada gradativa às aulas presenciais com modelo híbrido.
Paraíba	Aulas seguindo a modalidade híbrida.	93.525 profissionais receberam a primeira dose e 78.007 receberam a segunda dose.	Aulas presenciais retomadas gradativamente com ensino híbrido.
Pernambuco	A partir de novembro de 2021 se deu a autorização do retorno as aulas presenciais com 100% da capacidade dos alunos	229.577 receberam a primeira dose e 94.363 a segunda dose.	A depender do contexto da COVID-19, as aulas retornam de acordo com as etapas.
Piauí	A Secretaria de Educação do Estado divulgou o retorno às aulas presenciais obrigatórias para todas as etapas e modalidades de ensino.	77.829 receberam a primeira dose, 66.082 a segunda dose e 751 receberam dose única.	A partir do segundo semestre a retomada gradativa da retomada às aulas presenciais.

Rio Grande do Norte	Aulas presenciais facultativas liberadas para 100% dos alunos.	89.352 profissionais foram vacinados.	Retorno gradativo às aulas presenciais.
Sergipe	Autorização de 100% das aulas presenciais em novembro.	28.156 profissionais foram vacinados.	Sem informações
Acre	Retomada gradativa das aulas presenciais.	16.793 profissionais receberam a primeira dose e 15.598 a segunda dose.	A partir de 4 de outubro o retorno gradual da presencialidade na modalidade híbrida a partir do dia 4 de outubro.
Amapá	Aulas na modalidade híbrida.	16.201 profissionais receberam a primeira dose, 13.897 a segunda dose e 881 receberam dose única.	Inicialmente a prioridade de retorno à presencialidade destinou-se para os alunos do 2º, 5º e 9º anos do ensino fundamental (educação primária e secundária), 3ª série do ensino médio (educação secundária superior), assim como aos alunos em situação de vulnerabilidade social e sem acesso à internet.
Amazonas	Rede estadual com retorno de 100% das aulas presenciais.	Sem informações	Retomada gradativa à presencialidade.
Pará	Aulas na modalidade híbrida.	70,52% dos profissionais receberam a primeira dose e 62,37% a segunda dose.	Retorno facultativo ao presencial. Considera-se 25% das turmas do 3º ano do ensino médio (educação secundária superior); 5º, 9º ano do ensino fundamental (educação primária e secundária);
Rondônia	100% do retorno à presencialidade na rede pública estadual.	Sem informações	Sem informações
Roraima	A partir do dia 20 de setembro de 2021, foram retomadas as aulas presenciais na rede estadual de ensino, gradativamente, mantendo-se o ensino remoto.	10.303 profissionais receberam a primeira dose, 8.317 a segunda dose e 24 receberam dose única.	Retomada às aulas na modalidade híbrida.
Tocantins	No segundo semestre de 2021 as aulas retornaram no modelo híbrido.	41.825 profissionais receberam a primeira dose, 38.98736.248 a segunda dose e 334 receberam dose única.	Sem informações

Fonte: UNESCO (2021).

Observando os dados do quadro, pode-se perceber que a maioria dos estados a partir do segundo semestre de 2021 autorizaram a retomada das aulas presenciais, sendo que nos casos excepcionais, como de comorbidades, o ensino remoto ou híbrido é permitido. Nota-se que a maior parte dos estados iniciaram a vacinação dos seus profissionais de educação e apresentaram um plano de retomada segura ao presencial.

De acordo com o informe técnico do Ministério da Saúde (2021), a campanha nacional de vacinação teve início em janeiro de 2021 com objetivo de reduzir a incidência de agravamento e mortes resultantes da ação do coronavírus. A iniciativa da vacinação tem como finalidade que o trabalho dos profissionais de saúde e dos serviços primordiais possa permanecer. Nesse sentido o documento mostra que os profissionais da educação estavam em décimo terceiro (13º) lugar na lista dos grupos de pessoas a receber a vacinação, encaixando-se na quarta fase do plano nacional de vacinação contra a COVID-19.

Conforme o site oficial Agência Câmara de Notícias (2021), da Câmara dos deputados, foi elaborado o projeto de lei 275/21, o qual estabeleceu a classe dos professores, das redes públicas e privadas tanto da educação básica quanto do ensino superior, como prioritária para receber a vacinação.

Sobre o formato híbrido tão mencionado no quadro acima, Sales et al. (2021), afirma que este é a junção da modalidade presencial com o ensino remoto, uma vez que no ensino híbrido se faz uso de metodologias ativas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs), as quais estão presentes no contexto social e profissional de diversas pessoas, sendo usadas pelos docentes e alunos. Porém esse modelo de ensino apresenta certas questões que podem interferir no processo de ensino-aprendizagem, podendo citar a falta de acesso a essas tecnologias por parte de muitos, tanto alunos como professores, tomando esse contexto, em que a parte remota dentro da modalidade híbrida pode acarretar a redução dos laços entre docente e discente, visto que no presencial a relação torna-se mais próxima e pessoal.

A “uberização dos professores” é um termo utilizado para se referir as formas de exploração que os trabalhadores têm sofrido devido ao manuseio de novas tecnologias digitais. Desse modo, esses trabalhadores passam a ser reféns das tecnologias, não tendo a oportunidade de buscar pelo compartilhamento e coletividade, em que sua exploração se torna cada vez maior e sem ter direito a meios que os assegurem (SAVIANI, 2020, grifo do autor).

Santos et al. (2020), afirmam que a uberização tem tido mais notoriedade no que se refere aos formatos remoto e híbrido, uma vez que os equipamentos para esses fins de ensino pertencem ao uso pessoal dos professores. Tantos outros não dispõem desses recursos e foram forçados pela a situação a buscarem a aquisição de tais dispositivos mesmo não tendo as condições necessárias para adquiri-los. Antunes (2020), corrobora trazendo que os dispositivos para a execução do trabalho remoto tiveram que ser arcados pelos próprios docentes, sendo este fator, mais uma evidência do processo de uberização desses profissionais.

Da mesma forma Pchmann (2016), traz a uberização como uma forma de organização do trabalho que tem sido padronizada e vista como um caráter urgente, de modo que nesse novo formato o trabalhador torna-se o principal responsável por seu serviço, tendo que investir e fornecer todo aparato para a execução de seu ofício.

Percebe-se que a precarização do trabalho dos professores tem se intensificado com o processo de uberização, visto que no contexto educacional estes têm sido os mais impactados com essa nova forma de organização, senão necessário em vista a isso que as condições de trabalho dos professores sejam repensadas, como a citar o ambiente físico que estes docentes ministram suas aulas e aspectos relacionados a investimento na formação e reciclagem de conhecimento desses profissionais (SANTOS et al., 2020).

A pandemia intensificou também o uso de uma expressão que tem sido muito disseminada, o “novo normal”. Esse termo tem sido empregado na educação referindo-se ao trabalho dos professores quanto ao uso das tecnologias destinadas ao ensino remoto e híbrido, formas de trabalho que evidenciam o quanto o *home office* tem estado presente na rotina de trabalho dos professores (REIS; SILVA; MEIRELLES, 2020).

É perceptível que as novas tecnologias inseridas no contexto educacional, em especial devido a pandemia, são de grande valia para o processo de ensino-aprendizagem, entretanto não se pode negar a existência de obstáculos em relação a sua implementação e uso, uma vez que esses novos recursos têm exigido muito esforço por parte dos docentes que não se encontram preparados e incluídos no meio digital. Não há uma capacitação adequada para esses profissionais o que favorece para um estado de precarização do trabalho desses docentes (SOUZA et al., 2021).

Uma força que tem atuado no enfrentamento dos efeitos da pandemia nos trabalhadores são as organizações sindicais, que buscam pela qualidade de vida, preservação da saúde, integridade física e empregos dos trabalhadores durante a crise pandêmica, assim como agem frente as negociações junto ao governo Federal para que sejam articuladas ações que beneficiem os trabalhadores, amenizando dessa forma o processo de precarização do trabalho (PRADO, 2021).

Nesse contexto pandêmico, o deputado Professor Israel Batista (PV-DF) em parceria com outros deputados elaborou o projeto de lei 1540/21, o qual refere-se a Política de Bem-estar, Saúde e Qualidade de vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação. A deputada Tabata Amaral (PDT) elaborou o substitutivo para esse projeto, o qual propõe que a elaboração dos planos do projeto seja realizada com prazo de no máximo um ano após sua aprovação como lei. O mesmo texto ainda menciona que é de cunho facultativo para as escolas

privadas seguirem o plano. Quanto aos objetivos desse projeto de lei, se referem a política de promoção de saúde integral tomando como base aspectos relacionados as condições de trabalho, demandas que os profissionais de educação necessitam, assim como volta o olhar para questões como carga horária e a quantidade de alunos assistidos por cada professor. Busca meios para promover a autonomia dos professores, atuação ativa, o reconhecimento e valor para o bem-estar trabalhista por meio de atividades que engajam e desenvolvem através da cultura, ludicidade e esporte (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2021).

Com base nas discussões teóricas, percebe-se que o período pandêmico tem sido marcado por avanços e retrocessos, se por um lado o advento tecnológico se intensificou, mostrando uma forma de desenvolvimento e avanço digital, por outro esse mesmo fenômeno marca grandes desigualdades já existentes e mais fortemente evidenciadas pelo contexto da crise sanitária. Ao se referir sobre a retomada das aulas ao modo presencial, entende-se que há um longo caminho a ser percorrido, visto que ocorreram muitas perdas devido a paralisação das aulas e o choque causado pela substituição para o ensino remoto, logo após para o modelo híbrido e finalmente a volta ao presencial, a qual ainda está em processo, não tendo sido finalizada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19, trouxe inúmeros impactos para a sociedade, a classe trabalhadora em especial sofreu de forma ainda mais veemente as consequências de tudo, nesta pesquisa utilizou-se os docentes como profissional principal para compreender tais mudanças.

Entende-se, portanto, que ocorreram impactos no trabalho dos docentes da rede pública e privada da educação básica, em que foi possível perceber que a ênfase na diferença está na vulnerabilidade do setor público e de seus participantes, uma vez que a desigualdade mostrou-se mais evidente em relação aos docentes e discentes da rede pública de ensino no que se refere a urgência do remoto, onde a maioria dos envolvidos na escola pública não tem as condições propícias para o acesso as ferramentas digitais.

Embora alguns estados tenham investido na distribuição de recursos digitais durante a pandemia, como é o caso de iniciativas voltadas a esse viés no estado do Ceará, a desigualdade na falta de acesso ao mundo digital é uma realidade ainda vivenciada por muitos alunos, fato que reflete no trabalho dos professores, visto as cobranças e exigências que os docentes recebem

para realizar o trabalho e para alcançar todos os alunos. Esse processo se torna desgastante para os professores, causando muitas vezes um esgotamento físico e psicológico.

A sobrecarga de trabalho dos professores tanto do setor público como do particular tem sido marcada pelo grande aumento de suas atividades e demandas. Um exemplo do agravamento psicológico em decorrência disso é a síndrome de Burnout, a qual é produto de fatores que desencadeiam altos níveis de estresse, apontados por Leitão e Capuzzo (2021), como é o caso do excesso de trabalho, da falta de tempo para o planejamento das atividades remotas e também presenciais, do desafio da adaptação as novas tecnologias, assim como da desvalorização desses profissionais e falta de interesse dos alunos.

É notória a ação dos sindicatos na busca pela minimização dos efeitos da pandemia nos trabalhadores, com o objetivo de garantir a permanência dos empregos, a qualidade no trabalho como também a preservação da saúde e da vida dos sujeitos que trabalham. Nessa perspectiva se pode ver atuação desses sindicatos que mesmo estando um tanto quanto fragilizados, visam o bem estar dos trabalhadores e sua maior representatividade.

Voltando-se para a perspectiva do “novo normal”, percebe-se que mesmo com a volta do trabalho presencial dos professores, tem se instaurado um ensino híbrido, em que o professores além das práticas em sala de aulas têm realizado atividades remotas através por exemplo dos grupos de WhatsApp, que já existiam e que foram intensificados. O contato virtual dos professores com as famílias dos alunos se ampliou, uma vez que os aparelhos utilizados para o acompanhamento das aulas remotas na maioria dos casos pertencem aos pais ou a algum parente dos estudantes. Outro fator que se intensificou está relacionado as cobranças tanto por parte da gestão escolar como também dos próprios pais dos discentes.

Em vista a isso é importante salientar que antes da pandemia o trabalho dos professores já era marcado por uma grande sobrecarga, em que um estudo realizado por Gomes e Brito (2006), confirma essa sobrecarga anterior, de modo a estar relacionada a atuação dos professores em escolas e salas de aula diferentes, assim como seu deslocamento; ao trabalho exigido pela gestão escolar e política educacional; ao espaço físico da sala de aula e quantidade numérica das turmas; como também fatores de infraestrutura e tempo de trabalho. Entretanto com o surgimento da crise pandêmica o grau de trabalho tem se intensificado, em que a jornada de trabalho praticamente duplicou, de modo que se torna necessário o governo tanto federal, como estaduais e municipais realizem ações junto as escolas a fim de minimizar os efeitos da pandemia no contexto educacional e consequentemente no trabalho dos professores.

Como já mencionado anteriormente o poder legislativo tem pensado meios para melhorias na qualidade de vida no trabalho e saúde dos professores. É importante que os

governantes pensem e invistam em condições melhores para o trabalho docente. Podendo ser pensado o controle da jornada de trabalho para que não extrapole os limites físicos e psicológicos dos professores, promover e disponibilizar recursos para um planejamento e execução das tarefas pedagógicas de forma mais satisfatória.

Essas pontuações mostram a experiência pessoal da autora deste estudo, em relação ao contexto de trabalho que a pandemia trouxe para sua rotina. É necessário que temas relacionados a pandemia e ao trabalho dos professores sejam aprofundados em futuros estudos, a fim de que se observe esse fenômeno mais atentamente, com a finalidade de proporcionar entendimento e pensar soluções para os efeitos da pandemia no trabalho dos docentes.

REFERÊNCIAS

ABBAD, G. S; LEGENTIL, J. Novas Demandas de Aprendizagem dos Trabalhadores Face à Pandemia da Covid-19. In: MORAES, M. **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020. Disponível em. Acesso em: 18 jun. 2021.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Câmara aprova projeto que cria política de bem-estar para profissionais da educação. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/789779-CAMARA-APROVA-PROJETO-QUE-CRIA-POLITICA-DE-BEM-ESTAR-PARA-PROFISSIONAIS-DA-EDUCACAO>. Acesso em: 03 jun. 2022.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Projeto de prioriza professores na vacinação contra Covid-19. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/726260-projeto-prioriza-professores-na-vacinacao-contracovid-19/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado**. São Paulo: Boitempo, 2020. Recurso digital (Pandemia capital).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo decreto legislativo nº 6 de 20 de março de 2020, e da emergência decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, mar. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-927-de-22-de-marco-de-2020-249098775>. Acesso em: 02 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/assuntos/GuiaDeretornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em: 26 maio. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Informe Técnico. Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19. DF: Ministério da Saúde, 18 jan. 2021. Disponível em: https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2021/01/Informe_Tecnico_Vacina_COVID-19.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.

CASTRO, B. L. G. *et al.* Covid-19 e as organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 3, p. 1059-1063, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v20n3/v20n3a02.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ (CEE). **Resolução nº 487/2020**. Altera o artigo 2º da Resolução CEE nº 481, de 20 de março de 2020, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais (remotas) no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, para fins de reorganização e cumprimento do calendário letivo dos anos de 2020 e de 2021, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, e dá outras providências. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.cee.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/49/2018/06/Resolucao-487.2020.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2022.

CORREA, S. M. M. A inovação educacional na época do Coronavírus. **Salutem Scientia Spiritus** (Online) v. 6, n. 1, 2020.

CIPRIANI, F. M.; MOREIRA, A. F. B.; CARIUS, Ana Carolina. Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-24, 4 maio 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236105199>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsf3ZKpyM9N/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

DEJOURS, C. **O fator humano**. Ed. 5. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

DIAS, E. A Educação, a pandemia e a sociedade do cansaço. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.L.], v. 29, n. 112, p. 565-573, set. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362021002901120001>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/tqLcF8PZfsBxsf3ZKpyM9N/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FALCÃO, L. Governo do Ceará entrega tablets aos alunos do Ensino Médio da rede estadual. **Governo do estado do Ceará**, 2021. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/05/27/governo-do-ceara-entrega-tablets-aos-alunos-do-ensino-medio-da-rede-estadual/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

FURTADO, A. G. *et al.* Educação Básica: Ensino fundamental e o livro didático. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2013. p. 897-906.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, L.; BRITO, J. Desafios e possibilidades ao trabalho docente e à sua relação com a saúde. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v.6, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v6n1/artigos/v6n1a05.htm#end>. Acesso em: 18 jun. 2022.

FERREIRA, M. C.; FALCÃO, J. T. R. Trabalho em Contexto de Pandemia, Saúde Mental e Qualidade de Vida no Trabalho: Diretrizes Essenciais. In: **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020. Disponível em: <https://www.sbpot.org.br/publicacoes/livros/volume-2-os-impactos-dapandemia-para-o-trabalhador-e-suas-relacoes-com-o-trabalho/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

INVESTIMENTOS em tecnologia e internet para estudantes da escola pública é investir na inclusão digital e educacional no futuro do país. **Sindeducação**, 2021. Disponível em: <https://sindeducacao.org/investimento-em-tecnologia-e-internet-para-estudantes-da-escola-publica-e-investir-na-inclusao-digital-e-educacional-no-futuro-do-pais>. Acesso em: 08 jun. 2022.

KHAN, S. **Um mundo, uma escola**: a educação reinventada. Tradução de George Schelesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

KIPPER, L. M. *et al.* Saúde mental e trabalho em tempos de pandemia covid-19: relatos de vida. In: LASTA, L. L.; SILVA, J. C. **Pandemia Covid-19**: Saúde mental e práticas sociais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/3218/1/Pandemia%20COVID-19.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2022.

LDB. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

LEITÃO, K. S.; CAPUZZO, D. B. Impactos do Burnout em professores universitários no contexto da pandemia de Covid 19. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 40, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5067#:~:text=Com%20a%20Pandemia%20do%20novo,aumentando%20os%20casos%20de%20Burnout>. Acesso em: 08 jun. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2013.

MAIA, C. A. C.; GOMES, G. A. Z. G. A natureza jurídica da medida provisória. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, v. 01, n. 28, jul. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/natureza-juridica-da-medida-provisoria>. Acesso em 29 abr. 2013.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do Ensino Médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. **Revista Thema**, v. 18, n. ESPECIAL, p. 136-155, 2020. Disponível em: <http://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/viewFile/1837/1542>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ. Nota Técnica nº 003/2020/CAOPIJE. Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/05/20200049-Nota-Técnica->

03.2020.CAOPIJE/MPCE-Educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%AAsica.pdf. Acesso em: 26 maio 2022.

MIRANDA, K. K. C. O. *et al.* Aulas remotas em tempo de pandemia: desafios e percepções de professores e alunos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 7, 2020, Maceió. **Anais [...]**. 2020. p. 1-12. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA_ID5382_03092020142029.pdf. Acesso em: 02 abr. 2022.

NASCIUTTI, J. C. R. Pandemia e perspectivas no mundo do trabalho. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, ed. Especial, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53609/751375150141>. Acesso em: 29 jun. 2021.

OLIVEIRA, E. C.; SANTOS, V. M. Adoecimento mental docente em tempos de pandemia. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba, v. 7, n. 4, p. 39193-39199, abr., 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/28307/22408>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 23 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. Pandemia da COVID-19 desencadeia aumento de 25% na prevalência de ansiedade e depressão em todo o mundo. 2022. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20\(OMS\)](https://www.paho.org/pt/noticias/2-3-2022-pandemia-covid-19-desencadeia-aumento-25-na-prevalencia-ansiedade-e-depressao-em#:~:text=2%20de%20mar%C3%A7o%20de%202022,Mundial%20da%20Sa%C3%BAde%20(OMS)). Acesso em: 3 abr. 2022.

POCHMANN, M. Entrevista. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, n. 48, nov./dez. 2016.

PLANALTO. Editadas medidas trabalhistas para enfrentamento da Covid-19. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2021/04/editadas-medidas-trabalhistas-para-enfrentamento-da-covid-19>. Acesso em: 26 maio 2022.

PRADO, C. A difícil atuação dos sindicatos na Pandemia (Covid-19). **Fundação 1º de maio**. 2021. Disponível em: <https://www.fundacao1demaio.org.br/artigo/a-dificil-atuacao-dos-sindicatos-na-pandemia-covid-19/>. Acesso em: 07 jun. 2022.

QIU, J. *et al.* A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations. *General psychiatry* [Internet]. 2020 [cited 2020 de May de 06]. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7061893/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

REIS, A. C.; SILVA, E. P. e.; MEIRELLES, C. M. O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência. **Revista Princípios**, n. 160, nov. 2020. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/download/64/40>. Acesso em: 08 jun. 2022.

RODRIGUES, A. C. A. *et al.* Trabalhos na Pandemia: Múltiplas Realidades, múltiplos Vínculos. In: MORAES, M. **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020. Disponível em: <https://www.sbpot.org.br/dados/conteudos/cnt0000280.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

RODRIGUES, A. M. A. R.; *et al.* A pandemia de 2020, no estado de Amapá, Alagoas e Tocantins: desafios e aprendizados no ensino remoto. **Brasilian Journal**, Curitiba, v. 7, n. 4, p. 36440-36460, abr. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/27906/22087>. Acesso em: 30 mai. 2022.

ROTHER, E. T. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/appe/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 abr. 2022.

RUDOLPH, C. W. *et al.* Pandemics: Implications for Research and Practice in Industrial and Organizational Psychology. *Industrial and Organizational Psychology: Perspectives on Science and Practice*. 2021. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/industrial-and-organizationalpsychology/article/pandemics-implications-for-research-and-practice-in-industrial-andorganizational-psychology/1B702A23756307A6658F02576C8CED51>. Acesso em: 18 jun. 2021.

SALES, S. C. de. *et al.* Ensino Híbrido: O Novo Normal na Educação em Tempos de Pandemia. In: ALMEIDA, F. A. de. **Políticas Públicas, Educação e Diversidade: Uma Compreensão Científica do Real**. São Paulo: Científica digital, 2021. Disponível: <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210605193.pdf>. Acesso em: 23 maio 2022.

SANTOS, R. G. B. *et al.* Processos de precarização do trabalho docente em tempos de pandemia da Covid-19: Uma análise a partir da noção ontológica e histórica do trabalho. **Revista labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 33-53, nov. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/71595/197526>. Acesso em: 31 maio 2022.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A Educação em Tempos de Covid-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, ago. 2020.

SAVIANI, D. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação - O desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, p. 01-25, 2020. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463/858>. Acesso em: 23 maio 2022.

SEIDL, J.; ANDRADE, A. L.; FRUYT, F. Impactos da Covid-19 nas Carreiras dos Trabalhadores. In: MORAES, M. M. **Os impactos da pandemia para o trabalhador e suas relações com o trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2020. Disponível em: <https://www.sbpot.org.br/publicacoes/livros/volume-2-os-impactos-da-pandemia-para-otrabalhador-e-suas-relacoes-com-o-trabalho/>. Acesso em: 3 jun. 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. S. C.; SANTOS, M. B.; SOARES, M. J. N. Impactos causados pela covid-19: um estudo preliminar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 128-147, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10722/7857>. Acesso em: 2 jun. 2021.

SILVA, P. H. I. O mundo do trabalho e a pandemia de COVID-19: um olhar sobre o trabalho informal. **Caderno de Administração**, Maringá, v. 28, ed. Especial, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CadAdm/article/view/53586/751375150138>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SOUZA, A. S. *et al.* Precarização do trabalho docente: reflexões de pandemia e pós-pandemia. **Ensino em Perspectiva**, Fortaleza, v. 2, n.2, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4975/4231>. Acesso em: 31 maio 2022.

SOUZA, K. R. de. Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. **Trabalho, educação e saúde** vol.19, Rio de Janeiro. 2021.

UNDIME. Undime participa da 2ª reunião do Comitê de emergência do MEC sobre ações contra o coronavírus. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/20-03-2020-17-29-undime-participa-da-2-reuniao-do-comite-de-emergencia-do-mec-sobre-acoes-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 30 mar. 2022.

UNESCO. Situação da educação no Brasil (por região/estado – nov. 2021). 2021. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/covid-19-education-Brasil>. Acesso em: 03 de jun. 2022.

YANPING, B. *et al.* 2019-nCoV epidemic: address mental health care to empower society. **Lancet**. [Internet]. 2020[cited 2020 Apr 30];395(10224): e37-8. Available from: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30309-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30309-3/fulltext).

ZAGATTO, T. (org.). **Impactos da Medida Provisória 927/2020 nas relações de trabalho e seus reflexos nas Terceirizações realizadas pela Administração Pública**. Brasília: Grupo JML, 2020. *E-book* (16p.) color. Disponível em: <https://ronnycharles.com.br/impactos-da-medida-provisoria-927-2020-nas-relacoes-de-trabalho-e-seus-reflexos-nas-terceirizacoes-realizadas-pela-administracao-publica/>. Acesso em: 2 abr. 2022.